

SOUSA GALITO, Maria (2011). Globalização e Transnacionalismo. CI-CPRI, AO, N.º 23, Outubro, pp. 1-5.

AO: Artigo de Opinião



Globalização e Transnacionalismo

O artigo centra-se em questões relativas às esferas da Segurança e da Defesa. Questiona sobre o grau de proliferação de ameaças transnacionais tais como o terrorismo e o crime organizado.

Quadro de referência: em pleno séc. XXI, o contexto mundial caracteriza-se pela volatilidade. Sobrevive, como diria Adriano Moreira, em *Anarquia Madura* de uma comunidade internacional em mudança¹.

A globalização do mundo real e virtual, a complexidade do sistema internacional e a falta de transparência dos mercados financeiros internacionais, cada vez mais interdependentes, possui vantagens e desvantagens. No âmbito da Segurança e da Defesa, o transnacionalismo das ameaças e riscos como o terrorismo e o crime organizado tem tido um impacto significativo sobre os povos, e nas relações entre Estados, sobretudo no período posterior aos ataques de 2001.

¹ Cf. MOREIRA, Adriano (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.

De facto, um dos marcos da História recente ocorreu a 11 de Setembro de 2001. Abriu os olhos ao mundo sobre um certo tipo de terrorismo transnacional protagonizado pela Al-Qaeda, capaz de ferir golpes de importância geopolítica na superpotência da época, num contexto de conflito não Clausewitziano. Nos mesmos moldes, outros se seguiram, mormente os de 11 Março de 2004 em Madrid e 26 de Novembro de 2008 em Mumbai.

O fundamentalismo islâmico da Al-Qaeda é hoje em dia uma das fontes mais mediáticas de terrorismo transnacional, porque atacou o centro económico (Nova York) e político-administrativo (Washington DC) da superpotência mundial. E porque actua em redes cada vez mais transnacionais, utilizando a falta de transparência dos mercados financeiros internacionais para lavagem de dinheiro e fonte de financiamento.

Todavia, existem noutros tipos de terrorismo a crescer em importância nas manchetes dos telejornais, facto que lhe confere relevância acrescida, pois nunca se deve descurar o papel da opinião pública nas Democracias Ocidentais, porque são potenciais eleitores e a sua atenção é, portanto, alvo de múltiplas atenções e manipulações).

Refira-se o ataque terrorista de 22/07/2011, perpetrado pelo norueguês Anders Breivik, que surpreendeu os seus conterrâneos, ao matar dezenas de pessoas em nome do espírito das Cruzadas, com um discurso nacionalista, anti-marxista e xenófobo, mormente contra a emigração de muçulmanos para a Noruega mas, em geral, para a Europa.

Trata-se de um exemplo de terrorismo igualmente transnacional. Embora se tenha efectuado apenas na Noruega, perspectivava ataques noutros países (e nada garante que seguidores de Breivik ou seus aliados tenham sido demovidos de tal intenção).

Portugal fazia parte deste *master plan*, ou seja, do cenário de guerra civil e de choque civilizacional idealizado por Breivik idealizava e traçava até 2083 – *The European*

Declaration of Independence, do seu Manifesto. Portugal era considerado hostil porque a população muçulmana parecia ter forte potencial de crescimento nas próximas décadas.

Esta ofensiva (individual?) não surgiu *do nada*. Há anos que a Europa *esconde* descontentamento contra expectativas económicas defraudadas (mercados saturados com baixos índices de crescimento, elevadas taxas de desemprego, e reduzido poder de compra), perante a hipótese de colapso do próprio Modelo Social Europeu.

Sentimento que tem sido aproveitado por partidos políticos e grupos civis com ligações à extrema-direita para engrossar as suas fileiras com novos militantes. Não apenas na Noruega, mas em países como a Alemanha e a França (países pilares da construção europeia) onde os próprios discursos políticos se têm revelado publicamente cépticos sobre o multiculturalismo.

Seja como for, o ataque terrorista da Noruega gerou uma onda de choque entre os europeus e está a obrigar a uma acção rápida, conjunta e comunitária que reveja os modelos de segurança interna de cada país. Urge promover uma maior cooperação internacional, no âmbito da Europol.

No fundo, a Al-Qaeda e o ataque protagonizado por Breivik são duas faces da mesma moeda, de sinais contrários. Para além destes tipos de terrorismo, subsistem bolsas de resistência de índole regionalista (por exemplo, a ETA e o IRA), cujas bases de apoio ou actividades são de vez em quando descobertas.

Em Portugal, por exemplo, foi desmantelada uma rede de apoio logístico do *Real IRA* (facção dissidente do Exército Republicano Irlandês, que existe desde 1997, com *quartel general* em Belfast na Irlanda do Norte) em Julho de 2011, pela Unidade

Nacional Contra-Terrorismo (UNCT) da Polícia Judiciária (PJ). Operação em que foram apreendidas armas de fogo, munições e droga. O Algarve, portanto, era utilizado pela organização como ponto de passagem na sua rota internacional.

Consequentemente, a localização de Portugal na periferia da Península Ibérica e do próprio continente europeu, torna o país vulnerável a operações de grupos terroristas e do crime organizado.

Já explicava Adriano Moreira (2008) que: «(...) a premência dos factores exógenos, a força avassaladora do globalismo, a solidariedade sistémica com a União Europeia, definiu a situação estratégica de Portugal como a de um Estado de fronteira.»² Para Adriano Moreira, Portugal é país de raia porque:

«(...) está na fronteira da articulação da Europa com a segurança do Atlântico Norte, onde cresce o tema da autonomia do pilar da segurança e defesa europeia.; está na fronteira do desafio da segurança do Mediterrâneo; está na fronteira da articulação de segurança do Atlântico Norte, formalizada na NATO em mudança de conceito estratégico, com a segurança do Atlântico Sul a exigir definição.»³

Uma característica que tanto pode conferir vantagens como desvantagens. Por um lado, a sua localização estratégica já provou ser proveitosa pois impulsionou o país no período das *Descobertas*. Portugal ficou para a História como o primeiro império global e Lisboa era, na época, a porta de entrada e saída da Europa, uma das grandes capitais comerciais onde reinava a liquidez e as grandes obras públicas.

² MOREIRA, Adriano (2008). Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade. IN FERREIRA LAGES, Mário e MATOS, Artur T., *Percursos de Interculturalidade*, Vol. IV – Desafios à Identidade, Cap. VII, p. 307

³ ID IBID, p. 308.

Mas a sua localização privilegiada também confere desvantagens. Enquanto ponto de passagem mostra-se vulnerável ao tráfico de armas e de drogas, também porque a vigilância não tem sido suficiente para impedir que grupos criminosos se estabeleçam em solo nacional e ainda se peca por defeito no âmbito da cooperação comunitária em matérias de segurança e defesa.

Resumindo, a luta contra o terrorismo é apenas parte da narrativa. A criminalidade organizada reúne um conjunto de ameaças graves, que incluem a pirataria, o narcotráfico, o tráfico de órgãos humanos e de pessoas. Mas também a proliferação de armas de destruição maciça, cujos riscos são substanciais para a estabilidade mundial e põem em causa a vida saudável de milhões de pessoas todos os anos.

Este tipo de ameaças já não é facilmente controlável pelos Estados (se é que alguma vez o verdadeiramente o foi) num sistema internacional a caminhar para a multipolaridade económica, multicultural e complexo, com proliferação de actores não estaduais, caracterizado pelo transnacionalismo, pela globalização, pela interdependência dos mercados e das relações entre Estados.

Portugal, pela sua localização geográfica, é muitas vezes escala para as principais redes de criminalidade organizada a operar à escala global, uma situação que não deve ser apenas resolvida com medidas conjunturais e circunstanciais, mas com políticas de longo prazo que se adequem às novas ameaças físicas e tecnológicas da modernidade.